

## QUALIDADE NA INTERVENÇÃO PARCERIAS

*A questão das parcerias é, justamente, uma das que mais nos tem interrogado. A natureza das diferentes estratégias de financiamento à cooperação e à educação para o desenvolvimento praticadas pelas agências financiadoras do Norte, como a União Europeia e a maioria dos seus Estados Membros, tem conduzido a que a intervenção se fundamente essencialmente no estabelecimento de séries de projectos e não, como seria de desejar, na construção de relações de cooperação entre parceiros.*

“Modos de intervenção”, Conselho Directivo do CIDAC, in A Cor das Solidariedades, Lisboa, 2004

A prática da intervenção e a reflexão sobre ela, fizeram despoletar esta questão com mais força no último ano, no quadro da Direcção. Decidimo-nos a produzir um documento, aberto no tempo e aberto aos parceiros, como forma de registar as nossas percepções neste âmbito e de as partilhar. Elas partem, obviamente, da nossa experiência e das nossas circunstâncias. No seguimento, outros textos poderão surgir, testemunhando no seu conjunto um percurso participado por várias organizações.

### 1. TRÊS PONTOS DE PARTIDA

1º - O que nos move, desde o início do CIDAC, e cada vez mais, é a vontade, e a responsabilidade, que sentimos de intervir para mudar no sentido da justiça e da equidade, a todos os níveis e em toda a parte. Não faz sentido fazê-lo sozinhos. As alianças com outros, muitos outros, são parte integrante do processo.

2º - Trabalhar em parceria é uma forma possível de concretizar estas alianças – não a única, nem eventualmente a melhor em determinada ocasião. Tudo depende dos contextos e do que para eles, e em cada fase, for considerado mais adequado. Mas para criar e desenvolver parcerias é preciso clarificar o que isso significa e agir em conformidade.

3º - Nos últimos anos, o conceito de “parceria” tem vindo a ser progressivamente adulterado. Porque se transformou numa moda, muitas vezes numa exigência (nomeadamente para a aprovação de projectos, para o acesso a financiamentos): e todos são já parceiros de todos, ainda que o único elo seja a assinatura num mesmo papel de candidatura. Será por isso importante repensar o conceito, reenquadra-lo, reabilita-lo.

### 2. COMO VEMOS AS PARCERIAS

Inscritas num processo de intervenção a longo prazo, as parcerias são formas de juntar esforços para assegurar um reforço mútuo e, nesse contexto, concretizar acções comuns, visando impactos acordados. Elas implicam portanto a partilha de uma certa visão da intervenção e dos objectivos mais latos que a norteiam, assim como a criação de um movimento de aprendizagem colectiva. Ao contrário, não implicam um activismo permanente, estão para além dos projectos específicos (eles que são, tão só, instrumentos para mudar a realidade). Instituem-se também como processo: precisam de tempo e de atenção para nascerem, crescerem, amadurecerem, irem mudando – até um dia, porventura, deixarem de existir.

Neste contexto, as parcerias são exigentes, e envolventes, de modo igual para todas as partes. Por isso não faz sentido, por exemplo, chamar a entidades financiadoras ou a um conjunto diversificadíssimo de instituições, que se encontram esporadicamente para levar a cabo algumas acções, “parceiros”. Como também uma “Rede”, na maior parte dos casos, não é uma parceria, mas um modo de trabalhar mais amplo, mais flexível, de geometria mais variável. Nem a elaboração de projectos devia obrigar a apresentar “parcerias”, porque nem sempre isso se justifica. Assim como, para dar mais um exemplo, um currículo organizacional com “parcerias” a metro não deveria se motivo de orgulho nem de apreço. Ao contrário,

quando a intervenção pede uma actuação baseada em sinergias desenvolvidas entre parceiros, estas deveriam ser criadas antes dos projectos e ter capacidade de projecção para além deles.

As parcerias não são todas iguais, não obedecem a receitas. Cada organização pode estar envolvida em várias ao mesmo tempo, cada uma será única, porque os seus objectivos e os seus participantes são diferentes.

### **3. CONSTRUIR PARCERIAS COM SIGNIFICADO E RELEVÂNCIA**

Todo o processo é difícil e precisa de ser cuidado. Não nasce do nada, mas de algumas condições prévias. Uma parceria é um acto de vontade expresso. Implica por isso uma objectivação do que, em cada caso, é significativo para as organizações envolvidas e elas pensam que pode ser relevante em termos da sua acção, a longo prazo.

No que diz respeito ao reforço mútuo, este pode assumir diversas facetas: oportunidades de aprendizagem, partilha e/ou ampliação de recursos, apoio no enfrentar ou na realização de acções-chave em situações críticas, incentivo e acompanhamento de fases de mudança, participação em momentos fundamentais para o avanço da intervenção... Os projectos concretos podem contribuir para assegurar parte deste objectivo, enquanto uma outra parte ultrapassa-os-á necessariamente, porque se inscreve na longa duração e porque abarca a totalidade da missão das organizações.

De qualquer modo, ele implica sempre um conhecimento crescente de todos os implicados – ao nível organizacional, das pessoas, do meio envolvente – e a criação de um relacionamento baseado na confiança, na cumplicidade e na capacidade de interpelação, de desafio, de proposta, de uns em relação aos outros.

Para construir este tipo de relacionamento há medidas e compromissos a tomar: em termos de transparência de objectivos e de interesses subjacentes à parceria, de informação (nomeadamente sobre os recursos disponíveis ou a procurar), de comunicação, de partilha de responsabilidades. Em todas as relações há desigualdades, assimetrias – porventura mais visíveis e sensíveis entre parceiros do Norte e do Sul – que ganhariam em ser objectivadas e reconhecidas pelas organizações envolvidas no processo.

Esta é a base sobre a qual se podem determinar, para cada parceria, em cada etapa, objectivos específicos identificados em comum, tendo em conta o “historial” da colaboração dos parceiros em causa.

Para saber e compreender como evolui a parceria é também necessário registar estes objectivos e os respectivos modos de operacionalização. E encontrar formas de monitorizar e avaliar o seu aprofundamento.

Lisboa, 1 de Outubro de 2004